

O DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E SEUS DISPOSITIVOS: UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Êmili Adami Rossetti - autora (UFRN)
emilix10@gmail.com

João Victor Torres - coautor (UFRN)
joaovictorct@gmail.com

Resumo:

A história da ciência é uma história dos discursos, mais precisamente da disputa de poder pela conquista da verdade. Primeiro, uma disputa pela substituição de vontades de verdade de campos diversos, depois, uma disputa interna ao próprio campo científico pelo estabelecimento de uma definição do que vem a ser ciência e de uma metodologia própria, e ainda há uma disputa ainda mais íntima ao campo, aquela entre laboratórios em busca do poder de discursar. Em meio a essa seara, enquanto aparelhos produtores da verdade científica, as universidades buscam manter uma imagem de organismo essencial para a sociedade, garantindo, com isso, seu prestígio e a consequente continuidade ou melhoramento da validação pública, essencial para sua existência. É esse o contexto de um novo discurso ligado à ciência, o de divulgação científica (DC), que nasce como meio de aproximar a academia do público não especializado a fim de salvaguardar a imagem da ciência como um saber hierarquicamente superior e necessário para a compreensão da realidade. No artigo proposto, abordamos noções de dispositivo para podermos compreender o papel da universidade e da assessoria de comunicação como estruturas de suporte para um discurso pretensamente verdadeiro. É trazida à tona a questão da vontade de verdade para seguirmos com uma discussão sobre a organização e o controle do discurso, passando pelo aspecto do discurso como mediador universal, bem como outros procedimentos de exclusão do discurso que vem tomando corpo paulatinamente. Para tanto, analisaremos um texto editorial publicado na revista *Darcy*, de divulgação científica elaborada pela Universidade de Brasília, à luz dos estudos de Michel Foucault apresentados na sua aula inaugural do Collège de France (2012b). A influência do hiperenunciador, de que trata Charaudeau, também será examinada no discurso presente no *corpus* escolhido, uma vez que este se trata da união de formações discursivas típicas do discurso da mídia, institucional e científico.

Introdução

De conhecimento rejeitado pelos discursos religiosos, a ciência passa, ao longo da história, a ocupar posição hegemônica entre os saberes, apoiando-se em dispositivos tais quais escolas, universidades e organizações voltadas à pesquisa científica, além de ter uma gramática própria para seu discurso, que é paulatinamente reforçado pelo Estado e pela economia. Nesse sentido, as universidades -- instituições foco deste artigo -- passam a sentir a carência de reforçar a divulgação da necessidade da ciência para a sociedade, o que lhes possibilitaria não somente a aceitação desse saber, que é sua atividade-fim, mas também a manutenção dos investimentos que são injetados nelas.

A publicação do discurso institucional, por sua vez, é papel das agências de comunicação universitárias, produtoras de material que reforça a posição pretensamente

superior da academia como dispositivo legítimo para a produção de saber, mirando a imagem institucional pretendida: a de que a academia é boa para o desenvolvimento social.

Neste artigo, a análise de discurso (AD), focando-se nos mecanismos de interdição do discurso sugeridos por Foucault (2012b), somada a conceitos de elite, prestígio, dispositivos, sabe-poder e discriminação epistemológica, será utilizada como método para investigar o discurso de divulgação científica da revista *Darcy*, produto da Universidade de Brasília, observando-se, no editorial da sua segunda edição, publicada em setembro de 2009, os sentidos, implícitos e explícitos, incutidos no seu texto.

1. O discurso científico e seus dispositivos

O conceito de dispositivo em Foucault é oriundo da necessidade de se pensar o poder como relação entre o discursivo e o não-discursivo. Perguntado sobre o sentido e a função metodológica do termo “dispositivo”, Foucault (2012a) esclarece que trata-se de

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (p. 364)

Os dispositivos são formações criadas para responderem a urgências que se dão ao longo da história e, por isso, têm função estratégica. Eles são, ao mesmo tempo, um conjunto de elementos heterogêneos, mas também a gênese de discursos que lhes cabe formular e/ou reforçar. Foucault (2012a) explica que os dispositivos não são estáticos, mas maleáveis a mudanças para que reajuste os elementos que os compõem. Uma vez que passam a existir, são atravessados por dois processos: um deles é a *sobredeterminação funcional*, ou seja, cada um de seus efeitos reforça ou refuta outros dispositivos existentes de forma que reajusta seus elementos constantemente para que possa englobar outros elementos heterogêneos que passam a fazer parte do conjunto. Outro processo é o de *preenchimento estratégico*, que é “a recaptura recaptura daquilo que é colocado em suspenso na batalha agônica entre dominação e os movimentos de resistência” (SILVA, 214, p. 27), ou seja, a transformação daquilo que torna-se negativo e marginal, como fruto das mudanças históricas, em algo positivo e institucional.

Interessa-nos, igualmente, conhecer deste conceito a noção de que os dispositivos sempre se inscrevem numa relação de poder, além de serem, eles mesmos, o resultado do cruzamento de relações de poder e de saber (AGAMBEN, 2009). Segundo Foucault:

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 2012a, p. 367).

Em seu estudo sobre tal conceito, Agamben (2009) conclui que este não denomina somente aquilo que claramente está ligado a um poder superior, mas tudo o que seja capaz de “capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e

assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2009, p. 40). Dessa forma:

também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e -- por que não -- a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata -- provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam -- teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2009, p. 41).

Ao pensarmos a rede de elementos que encontramos relacionada ao campo científico, encontramos que são dispositivos dessa vontade de verdade suas instituições propagadoras, entre elas as universidades, os discursos que a validam e que por ela são validados, a exemplo do discurso científico e sua gramática, os eventos de difusão desse saber, tanto entre pares como para o público não especializado, inserindo-se, aí, o discurso de divulgação científica (DC)¹, bem como os veículos que se propõem a divulgar este saber em detrimento de outros. Aí esbarramos com nosso objeto de estudo: o discurso da revista *Darcy*, produzida pela Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília para o público não especializado em ciência.

Uma vez que a DC, como vimos, pode ser definida como um dispositivo, é importante trazermos à tona a questão de seu poder de transformação dos seres viventes. Nas palavras de Agamben (2009), o termo serve para nomear “aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito” (p. 38). Em sua definição de sujeito, adotada nesta pesquisa, este é o resultado da relação entre seres viventes e os dispositivos (AGAMBEN, 2009). Nesse sentido, o discurso é assujeitador daqueles que o aceitam como verdadeiro.

Para a compreensão da sobredeterminação funcional e do preenchimento estratégico desse dispositivo que colocamos sob observação, faz-se necessário compreender o percurso histórico que se deu desde a condição que possibilitou uma ruptura na história do conhecimento para a emergência da ciência enquanto saber, perpassando mudanças que lhe ocorreram desde sua validação até o alcance da hegemonia entre as diversas formas de conhecimento e a utilização do discurso de divulgação científica pelos dispositivos que são as universidades.

2. A ascensão da ciência enquanto discurso de saber

A ciência como verdade é resultado de disputas externas -- entre o discurso científico e demais discursos de verdade -- e internas -- entre diferentes escolas, círculos e academias, por exemplo, cada um defendendo seu modo de fazer ciência. Remontando-nos ao século XII, temos que as primeiras universidades ainda defendiam como verdade a religião e a filosofia clássica, discursos dogmáticos que só passaram a ser contestados por grupos que se apartaram das universidades e acabaram tornando-se grupos informais de discussão: as academias.

¹ O discurso científico, ou de disseminação científica (também chamado de comunicação da ciência e tecnologia), possui linguagem esotérica e é produzido por cientistas para publicação no próprio campo. A divulgação científica (DC), por sua vez, tem como intuito popularizar o conhecimento científico, utilizando-se de linguagem simplificada, que adapta o conhecimento acadêmico para público não especializado.

Já no século XV, a burguesia tem seu auge com o início do capitalismo comercial e das políticas mercantilistas de acúmulo de capital. Para alimentar a política econômica emergente, a Europa busca novos mercados e lança-se ao mar, chegando a novos continentes, onde, numa perspectiva etnocêntrica, passa a dominá-los e impor sua cultura. Nas colônias, a força das metrópoles suprimiu o saber nativo e impôs o seu em alternativa, numa “relação desigual de saber-poder” (MENESES e SANTOS, 2010, p. 19). Nas metrópoles, o homem deixa de ser submisso à religião e passa a ser subordinado às leis e ao capitalismo, submetendo-se ao saber científico e à pesquisa para desenvolvimento econômico. Nesse contexto, e, principalmente, a partir da Revolução Industrial, que se inicia no século XVIII, procura-se reforçar ainda mais um discurso que posicione a ciência hegemonicamente.

Esse saber era descrito em livros e periódicos de assuntos diversos. As primeiras literaturas especializadas em pesquisa científica surgiram no século XVII com textos não muito diferenciados. Ainda era da falta de público específico que resultava a baixa vendagem, não da estrutura ou da linguagem dos textos, uma vez que não se diferenciavam em textos especializados ou não. Esses, no entanto, passaram a ser distribuídos em discursos diferenciados como resultado de uma posterior institucionalização da ciência, uma vez que os filósofos iluministas desejavam parecer diferentes “dos chamados ‘vendedores científicos’, com suas palestras e shows itinerantes” (SILVA, 2006, p. 55). Uma sociedade do discurso surge com a função de conservar o discurso científico em um espaço fechado, distribuído somente segundo regras estritas (FOUCAULT, 2012a). Emerge a divisão entre ciência e senso comum.

No século XX, a produção de armamentos durante a Segunda Guerra Mundial proporciona outro grande momento para a validação da ciência. Nesse período, torna-se politicamente necessário enaltecer a ciência a ponto de torná-la um saber incontestável, considerado fundamental para a sociedade, no que a ciência passa a fazer parte do rol de questões públicas de dentro e de fora dos laboratórios, permeando as discussões cotidianas. Porém, os interesses no resultado de pesquisas iam além da guerra: a tecnologia gerava bens mercantis e de interesse econômico, disponibilizados e protegidos pelo mercado. A comunidade técnico-científica passa a exercer grande influência e seu trabalho é legitimado pela sociedade (ALBAGLI, 1996), de forma que as políticas públicas são voltadas para o desenvolvimento técnico-científico.

Nos anos 70, assiste-se a um crescimento das universidades americanas, embalado pela aproximação entre ciência e militarismo e proveniente dos investimentos iniciados pelo exército na segunda grande guerra. “Os acontecimentos tecnológicos, porém, tornaram claro que as nações do mundo estavam começando também uma corrida científica, ao lado da armamentista” (MILLS, 1981, p. 259). Para justificar os investimentos do exército na academia, tem início a propaganda da ciência como saber principal e unicamente verdadeiro e o desenvolvimento virou sinônimo de avanços em C&T, rumado para a construção de uma ideia triunfalista e salvacionista da ciência, por um lado; e da tecnologia como instrumentalista e intelectualista, por outro.

Destarte, podemos perceber os jogos de interesses, poder e a vontade de verdade que impulsionaram a ciência ao longo dos séculos para que chegasse ao *status* de saber válido sobre a natureza e os homens. Deve-se frisar que, na validação histórica do papel da ciência, é sua institucionalização (com universidades, centros de pesquisa, sistemas de peritos e pareceres técnicos) que, ao mesmo tempo, lhe conferiu *status* de verdade e a segregou dos outros saberes. Para Meneses e Santos (2010), a aceitação da epistemologia das metrópoles europeias, ainda nos dias de hoje, segrega todas as outras formas de conhecimento e radicaliza as distinções entre saberes.

Foucault (2012b) aponta que “as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade” (FOUCAULT, 2012b, p. 15).

Por volta do século XVI e do século XVII (na Inglaterra sobretudo), apareceu uma vontade de saber que, antecipando-se aos seus conteúdos atuais, desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis (...) Essa vontade de verdade apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. (Foucault, 2012b, p. 16-17)

A título de ilustração, vejamos como Ormastroni (2003) fala da curiosidade infantil utilizando dados da UNESCO: “de cada 100 perguntas feitas por uma criança, 84 tinham fundo científico e 76, infelizmente, não eram respondidas” (ORMASTRONI, 2003, p. 97). Percebe-se aí a convicção de que “curiosidade” é sinônimo de um “interesse de ‘fundo científico’”, ignorando-se que outros saberes podem responder às perguntas das crianças. É uma aplicação automática dos princípios de exclusão de que nos fala Foucault (2012a): um discurso que impossibilita a coexistência de tantos outros que possam substituí-lo na sua função.

Tomando-se que passamos constantemente pelo que Charaudeau (2012) define como uma tensão entre valores de verdade — construído por explicações elaboradas por meio de instrumentação científica — e efeitos de verdade — que, por sua vez, é a crença de que aquilo que se observou ou que soube que foi observado é verdadeiro —, pode-se então pensar que a alternância entre o valor de verdade e o efeito de verdade é a construtora desse “direito à palavra” que se concede uma vez que uma vontade de verdade triunfa: “o efeito de verdade está mais para o ‘acreditar ser verdadeiro’ do que para o ‘ser verdadeiro’” (CHARAUDEAU, 2012, p. 49), é o resultado da experimentação sobre aquele que recebe uma informação, aquilo que acreditamos ser verdadeiro porque cabe nas nossas categorias de classificação e explicação do mundo.

3. A divulgação científica para empoderamento institucional

Aquele que domina o saber válido detém “verdade” e poder. “Somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercê-lo através da produção de verdade” (FOUCAULT, 2012a, p. 279). Na atualidade, é na ciência e seus métodos que se busca o empoderamento pela verdade produtora de riquezas.

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (...); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (...); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidades, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”). (FOUCAULT, 2012a, p. 52)

Enquanto aparelhos produtores da verdade científica, é essencial que as universidades mantenham uma imagem de organismo essencial para a sociedade, garantindo, com isso, seu prestígio e a consequente garantia da continuidade ou incremento de financiamentos públicos. “O prestígio é estofado do poder, transformando-o em autoridade, e protegendo-o do desafio social” (MILLS, 1981, p. 108). Tal exercício evita crises como a que se deu no pós-guerra, durante a turbulência cultural do final dos anos 1960, quando a sociedade voltou sua atenção para a influência das pesquisas científicas na economia e no cotidiano. A ampliada preocupação sobre os impactos negativos do progresso científico-tecnológico levou a uma crise na ciência devido ao questionamento quanto à qualidade das informações acerca de seus impactos (ALBAGLI, 1996). A necessidade de investimentos na área foi colocada em cheque, evidenciando-se a necessidade de se pensar uma forma de refazer a confiança da sociedade.

É esse o contexto de um novo discurso ligado à ciência, o de divulgação científica (DC). Este nasce para salvaguardar a imagem da ciência como um discurso hierarquicamente superior: um meio de aproximar academia e público não especializado a fim de que este voltasse a acreditar na importância dos investimentos em C&T, uma vez de acordo com a continuidade das pesquisas e confiantes no progresso técnico-científico.

A DC é praticada por veículos independentes, como revistas semanais, programas de TV e matérias radiofônicas, mas também pode ser atividade da própria instituição pesquisadora, como é o caso dos periódicos publicados por universidades no Brasil, a exemplo da Revista *Darcy*, de onde recortamos nosso *corpus*. Na busca pela aproximação com o público e a manutenção do *status* institucional, a fim de evitar que seu prestígio seja estremecido, a comunicação organizacional universitária lança mão de informativos dirigidos ao público externo para propaganda. Neles, o discurso enaltece a instituição e sua aproximação com o gênero jornalístico lhe confere a confiabilidade dispensada ao jornalismo, pois há uma compreensão social de que este é autorizado a narrar a realidade e a formar opiniões. “Essa autoridade emerge de um percurso histórico desse modo de conhecimento, inscrito na trajetória da sociedade moderna, fundado em sua missão pública e em princípios relativamente consensuais na comunidade dos jornalistas” (BENETTI, 2008, p. 7).

Para propagandear a hegemonia acadêmica em discurso, deve-se observar que, numa sociedade que busca a participação popular, é importante manter uma imagem de pouco autoritarismo e baixo poder. Neste sentido, a atmosfera amigável da publicação e a linguagem jornalística, familiar e cotidiana, denotariam similaridade para com o público externo à academia.

As aparências da liderança democrática deverão ser mantidas, mas com o tempo o esnobismo não se tornará oficial e a massa da população, surpresa, não será levada ao seu lugar apropriado? (...) A retórica liberal — como manto para o verdadeiro poder — e a celebridade profissional — como uma distração de *status* — permitem à elite do poder manter-se, convenientemente, fora das luzes da ribalta. Não é certo, de forma alguma, nesta conjuntura histórica, que a elite não esteja satisfeita em não ser célebre. (MILLS, 1981, p. 110)

Percebemos então que é possível se utilizar desse poder de persuasão pertencente ao gênero e da credibilidade inicial que a instituição possui, por fazer parte da elite epistemológica vigente, para que a comunicação organizacional cumpra sua tarefa de manter a imagem institucional em posição de destaque.

4. Aproximando o olhar

A respeito do texto editorial da segunda edição da revista *Darcy* (anexo ao fim do artigo), podemos apontar uma questão inicial, a que diz respeito ao *hiperenunciador*, definição de Maingueneau (2005) para eventos em que o locutor é um veículo para um discurso que, na verdade, vem carregado de sentido emanado de fato por um sujeito alheio que lhe atravessa o texto. No caso analisado, esse sujeito são os editores, que se colocam na posição de repórteres produtores de divulgação científica e discorrem sobre a edição para o leitor. No entanto, ainda que possamos esquecer que trata-se de texto de assessoria -- devido a características do veículo (revista), sua distribuição (público externo), diagramação e linguagem (jornalística), que nos levam constantemente a associá-lo à imprensa desvinculada de organizações -- não podemos esquecer que o editor o faz enquanto assessor de comunicação: é a universidade que fala por meio dele. Tal observação importa para que compreendamos que o sentido produzido vai além da simples informação: ele leva consigo a necessidade de significar a instituição e seu discurso enquanto dispositivos vinculados à ciência que, como vimos anteriormente neste trabalho, galgou caminhos que a levaram a ascender à posição hegemônica entre os saberes.

O editorial é permeado por um apontamento das dificuldades de se fazer divulgação científica, já registrado na sua introdução. Seu título, “A aventura se torna realidade” denuncia uma dificuldade na execução da tarefa de publicar uma revista, comparando o exercício a uma aventura, ou seja, a um caminho que não é facilmente trilhado. No primeiro parágrafo, essa noção é explicitamente reforçada ao se dizer que “fazer jornalismo científico é difícil”. Essa exaltação da dificuldade nos leva a pensar em um direito privilegiado (FOUCAULT, 2012b, p. 9) do jornalista, que seria a pessoa apta a “traduzir o hermético vocabulário da ciência em uma linguagem compreensível para o grande público”, um trabalho considerado “árduo”. A tarefa de conciliação de um texto prazeroso com a objetividade científica fica a cargo dos profissionais de comunicação à frente da revista, um desafio grande, conforme o segundo parágrafo do texto indica. O parágrafo 8 (último) corrobora essa noção ao classificar a revista como uma “ousadia”.

A noção de direito privilegiado é constante em todo o texto. Os jornalistas, nomeados para adicionar creditação aos textos publicados, são apontados como responsáveis por desvendar informações referentes ao futuro, ao passado e ao presente, abordando disciplinas que vão desde a epigenética (parágrafo 2), a biologia e a ecologia (parágrafos 4 e 5), até música, história (ambos no parágrafo 3) e geopolítica (no caso dos conflitos de ocupação de terra de que fala o parágrafo 6).

No entanto, é constante o reforço do cientista enquanto possuidor do privilégio de discursar, um vez que é a fonte das matérias, como possuidor de conhecimento e conhecedor da verdade. Nesse sentido, encontramos outros mecanismos de exclusão e organização do discurso. Além do direito privilegiado, há uma oposição entre o verdadeiro (conhecimento científico) e o falso (senso comum), aos moldes do que poder-se-ia considerar como uma sobreposição de vontades de verdade (FOUCAULT, 2012b). Pelo que vimos anteriormente neste artigo, a ciência recebe *status* de verdade após um processo histórico de validação, impondo-se como conhecimento válido sobre a realidade e interditando os demais discursos que se propõem a explicar a existência do homem e das coisas.

Além desses, dois procedimentos de controle do discurso podem ser também observados. O primeiro é a existência de uma sociedade do discurso, “cuja função é

conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuídos somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição” (FOUCAULT, 2012b, p. 37). Neste caso, a sociedade do discurso é composta pela comunidade acadêmica, uma vez que, conforme o próprio jornalista editor indica, há um vocabulário próprio, esotérico, acessível apenas a esse grupo (parágrafo 1) que necessita ser “traduzido” pelo jornalista.

Destarte, podemos observar outro procedimento de controle do funcionamento do discurso: o comentário. Sobre ele, Foucault discorre:

Pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de “literários”; em certa medida textos científicos (FOUCAULT, 2012a, p. 21).

No caso do texto em análise, podemos encontrar um discurso basilar, o científico (típico da academia), que supostamente permanecerá indefinidamente entre os discursos ditos, mas que é transformado, pelo jornalista, em um texto diverso que se aproxime da fala cotidiana, configurando um comentário.

Indicações da influência do discurso científico podem ser encontradas ao longo de todo o texto, a exemplo do trecho que descreve a matéria que discorre sobre as comunidades quilombolas, na qual é implícito que o jornalista se utilizou de método como a etnografia, comum à Antropologia, para desenvolver sua investigação, uma vez que ele, como é dito, acompanha o cotidiano de um grupo delimitado de pessoas.

O embasamento no discurso científico pode ser também percebido no trecho que trata da epigenética (segundo parágrafo), em que se encontra uma implícita exaltação da instituição, uma vez que se expõe um estudo nela realizado que é voltado para o futuro e que é capaz de “controlar mecanismos que ligam e desligam os genes e programam o script da vida”, ou seja, o caminho para o desejo de longevidade comum a muitos indivíduos.

Devemos também destacar a importância dada à pesquisa que aproxima a Música da Matemática -- tratando a primeira como “linear”, aproximando-a das ciências naturais -- e explana que seu estudo foi realizado dentro da (ou ao menos tangendo a) disciplina de História. Nesse sentido, como dispositivo que é, associado a uma instituição que tem como alicerce o discurso da ciência enquanto saber verdadeiro, o editorial injeta em seu texto elementos que buscam dar à instituição significado que lhe seja favorável para a associação com o discurso científico, historicamente validado. A esses elementos podem-se somar termos como “genética (parágrafo 2), “bioma”, “desenvolvimento” (ambos no parágrafo 4) e “diagnóstico” (parágrafo 5), diretamente associados às ciências naturais, que vêm à mente do público não-especializado com mais frequência quando se pensa em pesquisa científica (SIQUEIRA, 2006), assim como o termo “desenvolvimento” (que aparece nos parágrafos 4 e 7) e o verbo “criar” (parágrafos 7 e 8) e os termos “apuração” (parágrafo 6) e “explica” (parágrafo 7), sendo esses dois últimos ligados igualmente ao jornalismo. Esse entrelaçamento de termos e orações servem como formadores de sentido para o enaltecimento da instituição.

5. Considerações

A ciência tomou, paulatinamente, lugar hegemônico entre as formas de conhecer a realidade, sendo hoje inquestionável por boa parte dos indivíduos. Esse processo histórico de validação é o responsável para que passasse pelo processo de sobredeterminação funcional (FOUCAULT, 2012b), que, entre outras coisas, fez refutar outras formas de conhecimento, como os saberes nativos das colônias, o senso comum e a religião, e aceitar a matemática como gramática, e de preenchimento estratégico (FOUCAULT, 2012b), que lhe transforma de estudo inquestionável ao questionamento de tudo, por exemplo, e as universidades passam de centros de reprodução do saber para centros de pesquisa em busca de novos saberes. Dessa forma, seu discurso passa a ter status de verdade, graças ao apoio dos dispositivos que o suportam e, concomitantemente, empoderando esses mesmos dispositivos.

No *corpus* analisado, percebemos como o discurso científico utiliza-se de mecanismos de exclusão e controle do discurso para se legitimar perante a sociedade e que, dessa forma, passa a servir de base para a constituição de uma verdade para o texto jornalístico. Da mesma forma, a análise do discurso (AD) nos permite constatar que o texto jornalístico é também ferramenta, dispositivo que reforça a ciência, que, por sua vez, passa a figurar em um discurso exotérico, voltada então para o público não-especializado, ou seja, a comunidade externa, composta por aqueles que são, de fato, os reais investidores para a manutenção ou até o incremento das pesquisas em ciência e tecnologia.

Temos, portanto, um exemplo de uma rede de elementos unissonantes no que se relaciona ao fortalecimento do saber científico, quais sejam, entre outros: o discurso jornalístico, a assessoria de imprensa institucional, a instituição em si e o discurso científico, todos relacionados a um tipo de saber e, portanto, de poder.

Anexo

Texto editorial da revista *Darcy*, edição 2. A numeração dos parágrafos foi adicionada por nós para facilitar sua indicação ao longo da análise apresentada.

A AVENTURA SE TORNA REALIDADE

Ana Beatriz Magno e Luiz Gonzaga Motta

Editores · Revista DARCÝ

1 A segunda DARCÝ nos ensinou aquilo que não percebemos na primeira edição: fazer jornalismo científico é difícil. Traduzir o hermético vocabulário da ciência em uma linguagem compreensível para o grande público é árduo. Não basta explicar de maneira didática. É preciso fazê-lo de forma ilustrada e atraente. É preciso conciliar o prazer do texto com a objetividade da ciência.

2 O desafio é grande. O segundo número está mais diversificado do que o primeiro. Em direção ao futuro, há uma reportagem assinada por Leonardo Echeverria sobre a epigenética, vanguarda da biologia que promete controlar mecanismos que ligam e desligam os genes e programam o script da vida.


3 Na direção oposta, vasculhando o passado, reportagem de Carolina Vicentin e Bernardo Rebello mostra como a reconstituição da música que animava os espetáculos do teatro grego ajuda a compreender nossa herança cultural. A métrica da tragédia grega era linear, repetitiva, assemelhando-se ao rap contemporâneo.

4 Para discutir o presente, DARCÝ traz um dossiê de 26 páginas sobre o Cerrado, bioma que ocupa 24% do território nacional. As terras e as águas que acolhem a capital do país sofrem dramática agressão ambiental em nome do desenvolvimento. Metade do território de Cerrado já foi devastado como mostra a repórter e editora de ciência, Priscilla Borges.

5 Reportagem de Joana Wightman e Lorena Castro traz um diagnóstico desanimador: não há planos de manejo, a fiscalização é precária. Sitiadas por fazendas e cidades, as unidades de conservação já não garantem a sobrevivência da flora e fauna nativas. Em consequência, mamíferos de médio e grande porte estão em extinção, como denuncia matéria da repórter Cecília Lopes.

6 Não são apenas a flora e a fauna que estão ameaçadas. Populações originais da região, como os quilombolas, herdeiros naturais do território, estão confinados ou expulsos para dar lugar à especulação imobiliária. O repórter João Campos acompanhou por duas semanas o cotidiano de uma comunidade a 60 quilômetros de Brasília que luta para demarcar sua cobiçada terra. Durante a apuração, o próprio repórter foi intimidado e aconselhado a afastar-se. Retrato da violência na disputa pela terra.

7 Procuramos equilibrar as densas reportagens com matérias lúdicas. A seção *Arqueologia de uma ideia*, da editora Érica Montenegro, traz a história do banheiro. A seção *O que eu criei para você*, de Kennia Rodrigues, explica como um brinquedo inventado por um estudante do curso de Desenho Industrial pode estimular o desenvolvimento motor das crianças.

8 Esperamos dar forma a uma ousadia. Como dizia a carta dos editores da primeira edição, criar uma revista é uma aventura que começa imprevisível e amadurece na contínua construção. Boa leitura! 

Comentários para os editores:

biemagno@unb.br, luizmottaunb@yahoo.com.br

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALBAGLI, Sarita. Divulgação Científica: informação para a cidadania? **Ci. Inf.**, Brasília, v. 3, n. 25, p.396-404, set. 1996.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, São Paulo, v. 8, n. 15, p.1-12, ago. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1492>>. Acesso em: 09 dez. 2013.
- BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil: Aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: Instituto de Pesquisas de Comunicação Jornalística e Editorial, Departamento de Jornalismo e Editora, 1988.
- CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault**. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012a.
- _____. **A Ordem do Discurso**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012b.
- MAINGUENEAU, Dominique. A noção de Hiperenunciador. **Revista Polifonia**, Cuiabá, v. 10, n. 10, p.75-97, jan. 2005. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1101/870>>. Acesso em: 12 dez. 13.
- MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- ORMASTRONI, Maria Julieta Sebastiani. Trabalho extra-escolar e tempo livre. In: KREINZ, Glória; PAVAN, Crodowaldo. **Divulgação Científica: Reflexões**. São Paulo: Publicações Njr, 2003. p. 97-103.
- SILVA, Henrique César da. O que é divulgação científica? **Ciência e Ensino**, Campinas, v. 1, n. 1, p.53-59, dez. 2006.
- SILVA, Priscila da. **O estatuto do corpo nos dispositivos foucaultianos**. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Filosofia, Departamento de Filosofia, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014. Disponível em: <<http://humanas.unifesp.br/filosofia/dissertacoes-defendidas-versao-final/dissertacao-priscila-da-sil>>. Acesso em: 11 set.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. O cientista na animação televisiva:: discurso, poder e representações sociais. **em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p.131-148, jan. 2006.